



Leituras do (sobre o) Islã: a “Democracia” como Objeto de Discurso¹

Adriano VINÍCIO²

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

Resumo

O objetivo deste trabalho é identificar leituras/discursos a respeito do Islã através da análise de textos da revista *Veja*, para isso utilizamos o campo teórico da Análise de Discurso. Para conduzir essa pesquisa, a “democracia” é adotada como objeto de discurso, tanto na matéria da revista *Veja*, quanto nos dizeres dos muçulmanos. Com a intenção de “materializar” esses dizeres, foi utilizado o Grupo Focal como método de coleta de dados. As análises conduzem ao esclarecimento da inter-relação entre os diversos sujeitos que compõem a produção discursiva, mostrando como sujeitos diferentes têm leituras distintas sobre determinado assuntos.

Palavras-Chave: comunicação; discurso; mídia; Islã; democracia.

Introdução

Com esse artigo³, partimos do pressuposto de que, segundo Stuart Hall (1997), a partir da década de 1980 passamos a experimentar uma “virada cultural” - em sentido epistemológico -, em que percebemos uma maior relevância das práticas culturais nas formas de entendimento do mundo. Sobre esse momento, Fernando Resende (2009) afirma que “é quando o olhar para a cultura como problema ganha outros desafios, por exemplo, se fazer atento às mediações e às representações. E é nesse escopo que também surge como problema a questão da comunicação como processo relacional” (2009, p.33). Assim, atualmente se torna importante verificar a relação entre os interlocutores no contexto da produção de seus discursos, dando atenção às mediações e representações no processo relacional da comunicação.

Como forma de verificar essa dinâmica, nosso trabalho consistiu na realização de um Grupo Focal com membros da Associação Beneficente Muçulmana de Juiz de Fora, no qual foi discutida uma matéria da revista *Veja*, em que são divulgadas informações a respeito da posição do presidente norte-americano George W. Bush sobre a guerra do Iraque em 2003, cujo teor argumentativo consiste na defesa da guerra em prol da “democracia”.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante recém-formado, Bacharel em Comunicação Social pela Facom-UFJF, email: adrianovinicio@gmail.com

³ Este artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso homônimo, orientado pelo professor Wedencley Alves.



Nossa intenção é identificar “leituras” a respeito do Islã, ou, mais claramente, discursos sobre o Islã. Desse modo, esse trabalho fixou a “democracia” como objeto de discurso. Tal termo nessa pesquisa foi tomado como significante: dessa forma, esvaziado de seu “sentido”, tentamos apurar as formações semânticas atribuídas ao mesmo por alguns interlocutores, nesse caso, por Bush, pela revista Veja e pelos Muçulmanos da Associação. Em decorrência disso, as leituras aqui identificadas não são somente a respeito do Islã, mas são também, genericamente, “feitas pelo Islã”. Para esclarecer, utilizamos o termo leitura no sentido de discurso, visto que se perguntássemos a alguém como determinado assunto foi por ele lido ou interpretado, seria elaborado um discurso a respeito, estando este perpassado por todas as influências possíveis ao fazer discursivo, como veremos a frente.

Esse trabalho analisa a matéria “Bush joga a cartada palestina” (VEJA, 5 de março, 2003, p. 54-55)⁴, a qual se contextualiza no período que antecede a deflagração da Guerra do Iraque, momento em que Bush tentava convencer a comunidade internacional sobre a necessidade da mesma. O discurso proferido pelo presidente norte-americano consiste na afirmação de que seria preciso “levar a 'democracia' ao Iraque” - o que, inclusive poderia beneficiar os palestinos -, mas que democracia é essa? Qual o conceito de democracia? Em sua acepção original, a democracia não deveria ser feita pelo próprio povo? Nossa pretensão, então, é de analisar esse discurso e suas implicações para a enunciação de outros interlocutores, no caso, a revista Veja e o grupo de Muçulmanos pesquisado. Para a análise do material, adotamos como visão teórica a Análise de Discurso “franco-brasileira” realizada por Eni Orlandi⁵.

Análise de Discurso

A Análise de Discurso (AD) surge na conjuntura intelectual do pós-estruturalismo do final dos anos 1960, sob tal perspectiva um objeto ou campo de estudo só poderia ser compreendido a partir da verificação de suas relações, as quais consistiriam em sua estrutura. Dessa forma, a AD trabalha com algumas relações específicas, que compreendem língua/sujeito/história ou, mais propriamente,

⁴ Texto também disponível em: <http://veja.abril.com.br/050303/p_054.html>, acesso em: 8 jul 2011.

⁵ Devido ao pouco espaço destinado a este artigo, trabalharemos de forma prática com os conceitos estudados pela autora, ou seja, discorrendo sobre eles ao mesmo tempo em que os aplicamos.



língua/ideologia, sendo o discurso o lugar de observação dessas relações (ORLANDI, 2003).

Eduardo Manhães (2006) aponta duas importantes correntes de AD: a francesa – que se caracteriza pela ênfase no assujeitamento do emissor, que se expressa pela incorporação de “discursos sociais já instituídos”, como o científico, religioso, jornalístico etc – e a inglesa – que está centrada no “papel ativo do sujeito”, que utiliza a pragmática das palavras para realizar coisas, embora haja ainda um relativo assujeitamento. Nas palavras de Manhães:

Como analisar significa dividir, a análise de discurso é, na verdade, a desconstrução do texto em discursos, ou seja, em vozes. A técnica consiste em desmontar para perceber como foi montado.

Isso, na análise de discurso francesa, resulta na identificação dos discursos já instituídos – como o da publicidade ou o da medicina –, que foram incorporados pelo sujeito. E, na análise de discurso inglesa, resulta na identificação da pessoa que conduz a narrativa dos acontecimentos e das proposições que formula para os interlocutores: pedidos ou ordens, por exemplo. (MANHÃES, 2006, p. 306)

As análises desse trabalho estão baseadas nos estudos de Eni Orlandi sobre a AD, cuja corrente de pensamento tem origem na escola francesa. Para a autora, alguns pensadores influenciaram amplamente o desenvolvimento da AD (2003): “Freud/Marx/Saussure::Lacan, Althusser, Pêcheux”, havendo uma certa releitura, ou “deslocamento” – como prefere a autora –, dos primeiros pelos últimos. Nosso objetivo não é aprofundar as discussões teóricas que estão relacionadas a tais autores, mas valer-nos dos conceitos que criaram (ou influenciaram) no campo da análise de discurso. Além desses autores, ainda usaremos ideias de outros pensadores que teorizaram sobre os discursos, como veremos no próximo tópico.

Discurso e Poder

Para Foucault (2007), os discursos na sociedade são influenciados pelas instituições, que os instaura ou reproduz, controlando-os dessa forma. O autor cita a Pedagogia, bibliotecas e livros como exemplo de tais instituições. Além disso, “os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (2007, p. 39). Com essas palavras, o autor explica que por meio de rituais, ou normas e regras, as



instituições definem como o indivíduo deve se comportar e qual posição deve ocupar em determinado diálogo.

Foucault também destaca a importância do sistema educacional nesse contexto, que cumpre a função de manter ou modificar os discursos apropriados. Ele defende que a educação, ao mesmo tempo que permite o acesso aos discursos, também os limita, dizendo o que “pode” e “não pode”, sendo assim uma forma de coerção política, que muitas vezes não é percebida. Assim, podemos dizer que o anseio de uma organização em ocupar um lugar junto à educação, cultura, ciência etc., pode ser tomada como uma vontade de assumir uma posição de poder, que se manifesta propriamente através do controle dos discursos. Dessa forma, Foucault explica:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade. Isto é, os tipos de discurso que ele acolhe e faz funcionar como verdadeiros: os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros e falsos, a maneira como se sanciona uns e outros, as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daquelas que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (2001, p.12 apud ALMEIDA, 2009)

Destarte, o poder se manifesta e se mantém discursivamente, levando as pessoas a crerem que são livres e não se encontram submetidas a vontades alheias. Segundo Orlandi (2005), a forma histórica de um sujeito – ou seja, a forma que o sujeito tomou após aceitar os discursos que a sociedade e/ou instituições escolheram como “verdadeiros” –, tal como a ideologia do meio em que vive, altera sua percepção sobre determinados discursos, isto porque o sujeito foi condicionado a aceitar como verdadeiros somente alguns discursos.

Mídia, Discurso e “Democracia”

Como vimos anteriormente, a mídia se constitui como instituição enunciativa de discursos, cumprindo papel semelhante ao da escola, religião ou direito. Sua presença na sociedade reflete, portanto – como em toda relação discursiva –, posicionamentos que “imbricam” o “poder”. Assim, devido a seu grande alcance, a mídia é fundamental na difusão de discursos, os quais são sempre ideológica ou politicamente afetados.

Assim, podemos dizer que a ideia de “democracia” encontra-se presente no *consciente coletivo*⁶ do ocidente: sempre que o termo é mencionado as pessoas

⁶ Emile Durkheim define o conceito como “conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade, formando um sistema determinado com vida própria” (Da divisão social do trabalho, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.72)



conseguem fazer ligações ao conceito, associando-o à participação do povo nos rumos do Estado ou criando uma relação antagônica com o autoritarismo. De certa forma, a imprensa assume o posicionamento de “voz do povo” para exigir sua liberdade, lutando pela “democracia”. Desse modo, mesmo que indiretamente, a população absorve diariamente discursos em prol da liberdade de expressão e ação, fazendo-se um contínuo relembrar de que estamos em uma “democracia”. Por trás de tal posição pode estar envolvido um grande número de interesses, contudo a defesa da “democracia” soa como algo nobre aos ouvidos da audiência.

Dessa maneira, o “discurso democrático” foi também difundido pela mídia em favor dos norte-americanos no período da Guerra do Iraque e possui suas particularidades, revelando interesses e intenções que vão além do que é dito. A princípio, as justificativas para a invasão do Iraque eram a alegação de que o país possuía armas de destruição de massa e o fato de que Saddam teria possível ligação com grupos terroristas. Fora tais alegações, também está presente o interesse energético – que não é abertamente “confesso” –, uma vez que os EUA, ao lado da China, são os maiores consumidores de petróleo do mundo (PINHEIRO, 2009). Esses interesses, que possivelmente levaram à ação no Iraque, representam justificativas “materiais”, as quais foram acompanhadas também do discurso da “democracia”, que, nesse caso, estaria representando uma “justificativa discursiva”.

A ideia apregoada por George W. Bush é de que a manobra norte-americana no Iraque levaria a “democracia” àquele povo – além disso, acreditava-se em um efeito domino, que afetaria todos os povos do Oriente Médio –, um discurso bem parecido com aquele utilizado na época das Cruzadas: justificava-se uma atitude violenta com o pressuposto de que estar-se-ia “levando Deus”, a “verdade”, aos “povos bárbaros”.

O Dito sob Análise: Evidências Discursivas do Não Dito

Desenvolvemos preliminarmente algumas análises que serão utilizadas comparativamente nos próximos tópicos deste trabalho. A seguir estão algumas visões que não foram tratadas na reportagem e que se poderia subentender a partir dos elementos discursivos que constituem o texto sob análise:

1º Enunciado

Significação literal: *Bush joga a cartada palestina*



Significação implícita: A expressão “cartada” pode estar fazendo referência aos jogos de cartas, como o pôquer, bem conhecido nos cassinos de Las Vegas, havendo uma crítica ao uso dos temas das relações internacionais como simples instrumentos de manobra para o alcance da vitória, como se tudo não passasse de um jogo. Outra interpretação possível é feita a partir da expressão “jogar a última cartada”, que significa lançar mão do último recurso para a consecução de um fim – tal visão ainda não deixa de estar ligada à ideia de jogo.

2º Enunciado

Significação literal: *Para reverter a oposição à guerra, o presidente americano diz que a democratização do Iraque irá beneficiar os palestinos*

Significação implícita: O uso do conector argumentativo “para”, que introduz uma oração subordinada adverbial final, ou seja, que estabelece uma condição de finalidade, permite a interpretação de que Bush só estaria dizendo o que disse *Para reverter a oposição à guerra*, essa afirmação ganha força principalmente devido ao fato de vir localizada abaixo do 1º Enunciado, que já traz um tom de crítica à matéria.

3º Enunciado

Significação literal: *Ele incluiu no pacote a promessa de conversações a sério entre israelenses e palestinos para resolver o problema que há décadas atormenta o mundo.*

Significação implícita: A expressão “incluir no pacote” remete a uma ideia de acrescentar algo “supérfluo”, assim de pouca importância, a uma lista de coisas que têm seus devidos valores. O termo “promessa” ressalta a pouca atenção dada ao assunto, tal vocábulo contrasta por exemplo com “compromisso”. A expressão “conversações a sério” já indica uma falta de comprometimento com o assunto – bem anterior àquele momento –, dando a entender que as conversas que haviam sido realizadas até então não eram sérias.

4º Enunciado

Significação literal: *Não existe um único país árabe ou islâmico com liberdade e democracia nos moldes ocidentais .*

Significação implícita: Podemos dividir essa frase em quatro partes, “Não existe um único” – “país árabe ou islâmico” – “com liberdade e democracia” – “nos moldes ocidentais”. Na primeira parte há uma *negação para todo*, “não existe um único”, na segunda há uma definição do *todo*, “país árabe ou islâmico”, e uma associação entre



dois termos⁷ que nem sempre é pertinente, contudo a intenção é de abranger *todo país que professe o Islã*. Na terceira parte há uma conjunção aditiva que associa “liberdade” a “democracia”, dando um peso maior à afirmação caso ela seja passada para a negativa, assim, na “falta de democracia”, implicaria dizer que também estar-se-ia faltando “liberdade”. Já na última parte da frase há uma relativização do que poderia ser liberdade ou democracia: o termo “moldes” está ligado a ideia de forma, dando uma abertura à possibilidade de existência de outras formas de “liberdade” e “democracia”, que não sejam as ocidentais. Trata-se de um enunciado com expressiva tensão de sentidos e que reflete uma posição opinativa e generalista, apesar de o restante do parágrafo tentar justificar a força dos termos usados nessa frase, usando os casos do Irã e do Líbano como “ilustração” para tal posicionamento.

5º Enunciado

Significação literal: *Seria o cúmulo da ironia se a guerra ao Iraque, feita em última instância para combater o terror fundamentalista, abrisse caminho a uma vitória dos fanáticos do turbante nas urnas. Além de perigoso, o mundo é complicado.*

Significação implícita: Nesse contexto, a expressão “terror fundamentalista” remete à concepção de que o terrorismo seria provocado pelo fundamentalismo dos religiosos islâmicos. Em “fanáticos do turbante” há uma paráfrase do termo anterior, reafirmando a ideia expressa. Com o vocábulo “perigoso” há mais uma referência parafrásticas ao “terror fundamentalista”. A palavra “complicado” qualifica a situação a que estão submetidos os articuladores do poder, principalmente quando se trata da tentativa de uma imposição da democracia.

Grupo Focal : A “Democracia” em Foco

Para buscar uma outra forma de dizer o que está expresso na revista Veja, quem sabe, através de um outro discurso, que não seja o hegemônico, nossa pesquisa adotou o método de coleta de dados “Grupo Focal”, do qual participaram seis pessoas da Associação Beneficente Muçulmana de Juiz de Fora. Nesse grupo, a matéria “Bush joga a cartada palestina” foi apresentada aos membros. Durante o encontro expusemos a

⁷ Na Associação Beneficente Muçulmana de Juiz de Fora, questionamos aos frequentadores a respeito dos termos “árabe” e “muçulmano”. Segundo eles, a expressão “árabe” quando não está relacionada à Arábia Saudita, diz respeito à língua árabe, assim, utiliza-se “país árabe” quando neste é falada tal língua. Já o vocábulo “muçulmano” diz respeito àquele que professa o Islã. Dessa forma, um país muçulmano não precisa ser necessariamente árabe. Mas um país árabe tem mais chances de ter adeptos do Islã, uma vez que a religião está intimamente ligada à língua, sendo valorizada a leitura do Alcorão em sua língua original, assim como é exigida a realização das orações em árabe nas mesquitas.



ideia de discutirmos o texto, identificando pontos que mereceriam comentários, na intenção de confirmar, complementar ou refutar o que a revista diz.

A técnica do grupo focal foi utilizada por consistir em um meio de pesquisa qualitativa capaz de auxiliar na identificação de tendências, tornando possível a reflexão sobre o essencial, sobre o sentido dos valores, princípios e motivações que ditam ou influenciam os julgamentos e percepções das pessoas, como aponta Maria Eugênia Belczak Costa (2006, p. 180). Segundo ela, com a pesquisa de grupo focal é possível perceber características valorativas e normativas que são referência em determinado grupo.

Normalmente, após a apresentação da mídia que vai estimular a discussão, o moderador conduz o debate a partir de um roteiro de perguntas, o que preferimos não fazer devido à utilização da análise de discurso como campo teórico de investigação. Sob a perspectiva da AD, um roteiro de questões a respeito do texto poderia conduzir a uma leitura específica do mesmo, uma abordagem que estaria partindo da influência discursiva de um moderador. Dessa forma, após a leitura individual do texto – que foi preferida em relação à leitura em voz alta, que poderia dar “pistas” de posicionamentos discursivos a partir da entonação –, foi aberto um espaço de discussão livre, em que a intenção era identificar trechos do texto, dos quais se pudesse fazer comentários, tanto a favor quanto contra o que havia sido escrito pela revista. Nessa dinâmica, a função de moderação consistiu em deixar as pessoas livres para opinarem.

Leitura da Comunidade Muçulmana de Juiz De Fora

No início da conversa no grupo focal, identificamos um posicionamento de “ressalva”, um dos interlocutores, que aqui chamamos de “A”, falou sobre a existência da *shura*⁸ (ou consulta) na fé muçulmana, relacionando-a à ideia de democracia, trata-se, assim, da associação de termos de dois campos discursivos diferentes (religioso e político), que visa criar uma identificação dentro do discurso que se desenvolvia naquele momento:

Quem trouxe a *shura* primeiro que todo mundo foi os muçulmanos, né, eles que trouxeram isso para as classes sociais, está mais ou menos, não está igual era não... Aqui está falando “os regimes se dividem entre monarquias, governos laicos regidos por partido único ou ditaduras”. [...] O Alcorão fala que quando você for

⁸ O capítulo (ou surata) 42 do Alcorão trata especificamente do assunto, o texto é denominado *Ash-Shura* (A Consulta)



fazer alguma coisa tem que realizar uma consulta [*shura*]. Essa é a base da democracia.

O trecho citado na fala de “A” faz parte da matéria da revista *Veja* que estamos analisando. Ao fazer “ressalva” a respeito da “consulta”, identificando-a com a democracia, o interlocutor cria um contraste com o que está expresso no texto, fazendo seu “parênteses” de que também há “democracia” em países islâmicos, e não só “monarquias” e “ditaduras”. Essa construção de sentido se dá pela *metáfora*, pelo deslize ou *deslocamento* de sentidos – como explica Orlandi (2005) – entre as palavras *shura*-consulta-democracia. Para dar mais peso a seu discurso, valorizando sua religião, ou seja, sua posição como sujeito religioso, o interlocutor recorre à *discursividade*, ou à língua inscrita na história, quando expressa “o Alcorão fala”. Uma vez que o “livro sagrado” de sua crença foi “revelado” a mais de 1400 anos, remeter-se a ele no discurso dá maior força ao que é dito, possibilitando inclusive dizer “quem trouxe a *shura* primeiro que todo mundo foi os muçulmanos”. O uso do termo “primeiro” consiste em uma marca linguística de discursos de defesa de determinado assunto, pois implica na ideia de “originalidade”, que contrasta com a de “cópia”. Assim, levando a análise ao extremo, a partir desse discurso, poder-se-ia inferir que a *shura*-consulta-democracia se originou no Islã.

Essa posição de “ressalva” cria uma tensão com o 4º Enunciado que destaquei anteriormente, *Não existe um único país árabe ou islâmico com liberdade e democracia nos moldes ocidentais*, aliás, o trecho citado por “A” vem logo após esse enunciado, no mesmo parágrafo, e seria um desenvolvimento dessa afirmação que chamei de generalista e opinativa, devido à falta de fontes ou estudos que possam confirmar tal posicionamento e por causa da pretensão de alcançar efeito de objetividade com um simples discorrer argumentativo a respeito do Irã e do Líbano. Analisando a posição de “A” e o 4º Enunciado podemos chegar à conclusão de que no Islã existe uma democracia segundo seu *molde*, o que não quer dizer que ela não possa se aproximar do molde ocidental – ou se afastar dele. Na verdade, cabe analisar aqui também a intenção de efeito do 4º Enunciado, que poderia ser a de gerar (ou confirmar) repulsa por parte dos “Ocidentais” àqueles que não se enquadram em seu *molde*.

Durante o grupo focal, por se tratar de uma matéria que aborda a questão palestina, o tema foi bem discutido, com opiniões e posicionamentos claros em prol da Palestina:



Todo mundo que inventando a guerra traz a tristeza para esse mundo, abraça a causa da Palestina, o Bush governou oito anos, e o estado Palestino? e como está o povo? Que apoio iria [ter] para formar a democracia dentro do Iraque, para fazer um estado Palestino independente... [a ocupação] não foi nem tão democrático quanto queriam, ao contrário devolveu o Iraque séculos e séculos para traz. Aí [era] um dos países mais ricos do mundo, hoje um dos países mais pobres do mundo, foi um dos países mais ricos do mundo em água, hoje o país sofre a falta de água, país que teve a maior reserva de petróleo internacional, hoje sofre a falta de energia. E o plano dele [Bush] era fazer um estado Palestino, não foi feito isso aqui. [...] Se existe uma justiça, se existe uma confiança para esse mundo, cadê a justiça para julgar o monstro que está aqui? Porque ele inventou tantas coisas pra esse mundo... toda “invenção” mentirosa. [...] Não veio nada que ele prometeu, não veio o estado palestino que ele prometeu... então era tudo uma mentira.

A fala transcrita acima é de um dos estrangeiros que frequentam a Associação, o qual chamaremos de “B”, por mais que não estejamos trabalhando com um “histórico pessoal” dos interlocutores, achamos que seja importante ressaltar que se trata de um palestino, o que permite inferir que este, além de se posicionar como islâmico, também assume a posição de palestino.

“B” inicia sua fala com duas indagações seguidas, que provocam uma ligação de sentidos entre os dois últimos termos de cada questionamento: “... o Bush governou oito anos, e o estado Palestino? e como está o povo?”. Assim, os sentidos de Palestina e de povo se associam logo no início do discurso, remetendo à expressão “povo palestino” comumente usada pela mídia. Tal construção de sentido se justifica principalmente devido à ideia de que a “Palestina” atualmente não existe (ou existirá) sem que seja reivindicada por um “povo”. Depois da criação de Israel, o que é considerado hoje como a Palestina são os territórios da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, no entanto, essas regiões ainda sofrem interferências de Israel e não foi oficialmente criado um estado Palestino. “B” argumenta, ainda no início, que a “causa Palestina” é sempre utilizada como justificativa para guerras, e ressalta o fato de Bush não ter conseguido progresso na resolução do impasse palestino, mesmo com a Guerra do Iraque, e após um governo de oito anos.

A expressão “[a ocupação] não foi nem tão democrático quanto queriam, ao contrário devolveu o Iraque séculos e séculos para trás” remete a uma ideia de “retrocesso”, que naturalmente contrasta – a partir do uso do conectivo argumentativo “ao contrário” – com “progresso”, contudo, tal termo não foi utilizado na frase. Assim, é preciso identificar um termo que esteja ocupando tal sentido, que nesse caso é a palavra “democrático”. Fazendo a substituição temos: *a ocupação não foi nem tão “progressiva” quanto queriam, ao contrário devolveu o Iraque séculos e séculos para*



trás. Assim, percebemos uma *metáfora*⁹ – como explica Orlandi (2005) – entre os termos “progresso” e “democracia”, a associação dessas palavras leva ao conceito de que “*democracia*” *conduz ao progresso*. Analisando somente esse trecho, não há como inferir se o interlocutor aceita ou não esse conceito, mas a localização dele em seu discurso demonstra como outros discurso entremeiam seu dizer.

Em seguida, a ideia de retrocesso é confirmada pelo contraste entre os termos “um dos países mais *ricos*” – “um dos países mais *pobres*”, *rico em água* – “sofre a falta de água”, “maior reserva de petróleo internacional” – “sofre a falta de energia”. A confirmação do retrocesso, a partir desses contrastes argumentativos, e a lembrança de que também não foi feito nada pela Palestina, conduzem o discurso de “B” a uma reflexão a respeito da “justiça”, “cadê a justiça para julgar o monstro que está aqui?”. A referência a Bush como “monstro” consiste num mecanismo de desvalorização de sua imagem, o qual também já foi utilizado pela mídia ocidental para desvalorizar a imagem de Saddam. Assim, um mesmo termo é usado em discursos diferentes com intenções de efeitos distintas, o que prova o movimento e a incompletude do discurso, como afirma Orlandi (2005).

“Não veio nada que ele prometeu, não veio o estado palestino que ele prometeu... então era tudo uma mentira”, assim conclui “B”, demonstrando sua revolta e desconfiança a respeito do governo norte-americano. A “mentira” aí apontada se relaciona com as análises que elaboramos para os 1º, 2º e 3º Enunciados, os quais revelam, com certa crítica, a ação norte-americana voltada para a satisfação de seus interesses, tratando a Palestina como uma simples “cartada”, ou utilizando a acepção de “democracia” como mero instrumento argumentativo para a consecução de seus objetivos, deixando claro a falta de compromisso com a causa palestina.

Ao longo do grupo focal, “B” ainda faz outros comentários a respeito do assunto:

Tá vendo essa frase “... de parte dos territórios palestinos ocupados e o retorno de Yasser Arafat, num clima de otimismo...” Eu não sei de onde a Veja inventou esse negócio de otimismo, ao contrário Yasser Arafat estava trancado num quarto entre quatro paredes: tava cercado por Estados Unidos, cercado pelo próprio povo árabe, presidentes árabes, cercado de governos da época do desgraçado do Ariel Sharon, não sei que otimismo que tava Yasser Arafat nesse momento. Otimismo o quê? Aqueles mentiras do George Bush? Tava trancado, sem luz, sem água, sem nada.

⁹ Diferentemente do exemplo anterior, essa metáfora, ou transferência de significados, acontece por um processo mais complexo, um conector argumentativo contrasta duas ideias que geralmente não têm significados antagônicos (democracia e retrocesso), assim é preciso encontrar o termo antagônico que está oculto para descobrir o sentido que a palavra está assumindo naquele contexto. Com isso, a construção *democracia* – “*ao contrário*” – *retrocesso* dá lugar para *progresso* – “*ao contrário*” – *retrocesso*, de onde identificamos o deslocamento *democracia* → *progresso*.



Nesse enunciado, a revista *Veja* é questionada devido ao uso do termo “otimismo”: uma leitura é feita pela revista e outra diferente é realizada por “B”. Na expressão “... não sei de onde a *Veja* inventou esse negócio de otimismo...” percebemos o verbo “inventar” como um desqualificador da ideia passada pela revista, o que levaria a dizer que trata-se de uma “mentira”. Essa perspectiva de aproximar “*Veja*” e “mentira” conduz a uma ligação com a visão de “*Bush*” e “*mentira*”, expressa no enunciado anterior. Por mais que o mote dessa matéria seja uma “crítica” à diplomacia norte-americana, o que também é feito pelos muçulmanos, a posição de *Veja* não deixa de ser questionada, e daí a validade da leitura que ela faz sobre o Islã ou sobre a própria democracia é colocada em questionamento.

A discussão a respeito da “democracia” foi se desenvolvendo ao longo do grupo focal com argumentos e dizeres ligados ao que podemos chamar aqui de uma *formação discursiva* (ORLANDI, 2005) de apontamento de desculpas ou de mentiras. A argumentação do interlocutor “D” complementa as ideias a esse respeito:

Eles procuram desculpas [...] só para não dizer claramente, olha temos o interesse tal tal tal de invadir, então eles usam desculpas, né, para poder fazer, ou promover, eles mesmo com as mãos deles, ou promover guerras e conflitos no Oriente Médio, porque o Oriente Médio, ele é muito importante se você olhar do ponto de vista da história. Ele é muito importante, sim, mas ele é muito mais do que isso, se acha que o Oriente Médio é importante só por causa do petróleo, não é não: enquanto eles conseguirem manter o Oriente Médio anestesiado e em coma induzido, em coma político induzido eles vão conseguir adiar o surgimento de um novo Califado [...] é o seguinte: a união de todos esses países muçulmanos com um só governo. É o mesmo que acontece na Europa. O que acontece lá? É a União Europeia [...] Mas enquanto eles conseguirem manter o Oriente Médio, o Norte da África e a África negra islâmica dividida, politicamente dividida, eles vão ainda conseguir o que eles querem [...] a prova disso é o seguinte, que quando eles [os muçulmanos] tentaram fazer isso houve ataques de todos os tipos, na Líbia, no Egito, no Sudão [...] Como a Europa fez, porque a Europa pode fazer isso e a gente não pode? eles se uniram, eles tem a OTAN, um exército unificado [...] e têm a União Europeia...

Com o enunciado acima, a discussão toca no que diz respeito ao pan-arabismo, que seria a união das nações de língua e cultura árabes. No entanto, a remissão a tal assunto é feita sob uma perspectiva religiosa: “enquanto eles conseguirem manter o Oriente Médio anestesiado e em coma induzido, em coma político induzido eles vão conseguir adiar o surgimento de um novo Califado [...] é o seguinte: a união de todos esses países muçulmanos com um só governo”. Nessa citação, os termos “Califado”¹⁰ e “muçulmanos” estão relacionados à religião Islâmica, fazendo referência a uma união de estados que vai além da simples união política. Tal disposição acontece

¹⁰ O vocábulo Califa é utilizado para nomear o representante de Maomé, que consiste no líder supremo do Islã.



principalmente devido à não incidência do processo de “autonomização”¹¹ defendido por Weber, segundo o qual no Ocidente esferas como política, religião, cultura etc. se separaram, ganhando autonomia – assim, daí decorre a existência de estados laicos atualmente. Pelo discurso de “D” percebemos uma “preferência” pela “Teocracia”: política e religião se entrelaçam na elaboração discursiva – algo que contrasta com a visão ocidental laicista.

No trecho citado acima, além da menção à estagnação política – com as expressões “anestesiado” e “coma político induzido”, que possuem certa força argumentativa por haver uma associação ao campo semântico da saúde, consistindo em um apelo “humanístico” afim de incitar a indignação pelo fato de se induzir um coma –, há também termos que reforçam o próprio viés político, estando eles espalhados ao longo da frase: *Oriente Médio – político – países – governo*.

Sabemos que essa ligação forte entre religião e política não é bem vista pelo ocidente, tanto que no 5º Enunciado Veja atribui ao “mundo” o adjetivo “complicado”, fazendo referência ao esforço necessário para se compreender outras culturas. Nesse enunciado a expressão “fanáticos do turbante” referencia a cultura árabe islâmica, negativizando-a também com o termo “terror fundamentalista”. O uso dos termos “fanáticos” e “fundamentalistas” está relacionado a posições radicais de religiosos, ao usar tais vocábulos com a palavra terror, por exemplo, a intenção é de desqualificar a cultura islâmica de forma generalizada.

Considerações Finais

Com a exposição dessas últimas análises, e após ter feito um estudo da história do Oriente Médio e das teorias do discurso, além de ter ido a campo com a aplicação de um Grupo Focal, chegamos a algumas conclusões: assim nesse trabalho encontramos a “democracia” como objeto em discursos de três sujeitos diferentes: 1º, é objeto do discurso de Bush; 2º, no discurso da matéria da revista Veja e, em 3º – devido ao Grupo Focal aplicado –, objeto dos discursos dos muçulmanos. Assim vemos a tríade de sujeitos *Bush – Veja – Muçulmanos*, que poderiam formar um triângulo com a interligação dos mesmo, com a presença de várias relações de identificação e não identificação.

¹¹ Esse trabalho não tem a intenção de aprofundar o assunto da “autonomização”, mas tal perspectiva poder-se-á ser explorada em pesquisas futuras.



No 1º caso, o discurso¹² produzido por Bush foi utilizado com a intenção de justificar a ocupação do Iraque, um argumento com base ideológica, que, como diria Orlandi, apela para a *evidência do sentido*, inclusive poder-se-ia dizer “é evidente que aquele povo precisa de democracia, por isso precisamos agir dessa forma”. No entanto, o sentido não é tão evidente assim, mas a ideologia o faz parecer dessa maneira, ou, pelo menos, tenta fazer.

Entretanto, a percepção da “*falsa*” *evidência do sentido* foi mais contundente, como vimos no 2º caso. O discurso da revista Veja faz referência ao discurso de Bush, colocando às claras a intenção dos dizeres do presidente norte-americano, desvelando, de certa forma, a força ideológica com que as palavras foram empreendidas. Essa posição de Veja, que em primeira instância é uma crítica ou uma leitura irônica¹³ a respeito da situação, não haveria de ser outra, visto que as “intenções ocultas” dos dizeres de Bush estavam explícitas para qualquer um que entenda de política internacional. Na posição de formadora de opinião, a revista não poderia se omitir desse assunto, mesmo que suas ações coadunem com o “americanismo” – como destacou um dos muçulmanos no grupo focal. Assim, a Veja faz sua “leitura” sobre a “democracia” de Bush, como também faz uma “leitura” do Islã, atribuindo ao mesmo uma posição “antidemocrática”. Desse modo temos o discurso (ou a leitura) de Veja sendo realizada em dois sentidos, primeiro uma crítica à posição instrumentalista de Bush ao tratar da “democracia”, e segundo, uma confirmação das noções expressas por Bush, ao tratar do Islã como antidemocrático, como vimos através do uso de diversos termos que remetem ao autoritarismo de monarquias, por exemplo.

No 3º caso, em que os muçulmanos proferem seus discursos tendo a “democracia” como objeto, há uma leitura ou discurso “sobre si”, ou seja, os islâmicos falando do Islã, quando se definem também como democráticos. Há também posicionamentos a respeito de Bush e de sua “democracia”, que não seria a mesma que eles pregam, conforme o Alcorão. Acrescenta-se ainda uma leitura sobre a própria revista Veja, que é identificada como pró-americana, colocando em questionamento sua validade.

¹² O discurso de Bush que serviu como gancho à matéria da Veja não foi abordado nesse trabalho de forma direta – com a análise de seu texto, por exemplo – pois não se tratava de nosso foco, mas valeria uma continuidade da pesquisa nesse aspecto.

¹³ É importante ter atenção ao que constitui uma ironia, que em geral consiste dizer “x” querendo expressar “não x”, ou vice versa. Assim, se Veja ocupa realmente um posição pró-americana – como afirmado pelo muçulmanos –, uma crítica a Bush pode se tratar de uma bela ironia.



Com tudo isso, podemos dizer que na relação de leituras ou de discursos proferidos por sujeitos diferentes – aqui “*Bush – Veja – Muçulmanos*” – a respeito de um objeto, nesse caso a “democracia”, há uma certa tensão entre os discursos “sobre si”, ou seja, a forma como o Islã é “lido” por Bush e pela revista *Veja* são diferentes entre si – cada um com suas peculiaridades – e são distintas da maneira como o próprio Islã “si lê” – o mesmo talvez ocorresse se o foco estivesse em *Veja* ou em Bush. Contudo, essa diversidade de leituras não implica dizer que uma ou outra esteja errada, mas que o entremear de diversos discursos e intenções conduz os sujeitos a fazerem leituras distintas. Não se trata de ocultação ou manipulação da verdade, mas sim da realidade materializada por meio dos discursos.

Referências

ALMEIDA, Fabiana Vieira. Discurso e poder: o aspecto étnico no jornal impresso “O Intransigente”. **Revista Fórum Identidades**: Ano III, v. VI, jul./dez. 2009. Disponível em: <www.posgrap.ufs.br/periodicos/...6/SESSAO_L_FORUM6_04.pdf>. Acesso em: 27 out. 2010.

COSTA, Maria Eugênia Belckzak. Grupo focal. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.) **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15a. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n°2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

MANHÃES, Eduardo. Análise do discurso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.) **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 6ª ed., 2005.

_____, Eni Puccinelli. A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 1., 2003, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003. 18 f. Disponível em: <http://spider.ufrgs.br/discurso/evento/conf_04/eniorlandi.pdf>. Acesso em: 20 out 2010.

PINHEIRO, Leandro Guerreiro C.. **Guerra do Iraque: análise de sua legalidade frente ao direito internacional contemporâneo**. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2178, 18 jun. 2009. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/13002>>. Acesso em: 14 out. 2010.

RESENDE, Fernando. O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2629/1671>>, acesso em: 5 jul 2011.